

Congresso

Antieleição do voto negado

VILLAS-BÓAS CORRÊA*

Não é à toa que o corporativismo inverteu a mão e, aos trancos e barrancos, como é da natureza do sinuoso processo político, o Congresso está começando a varrer seu lixo e a providenciar o despejo dos indesejáveis: político, ainda mais em véspera de eleição, não briga com o voto.

Ora, a abençoada moda nacional, nesse transe de longa transição que se arrasta desde a mobilização popular pelas diretas, recorta-se pelos moldes da reação indignada à roubalheira e pela consequente exigência de medidas moralizadoras.

Por tudo isso, o momento é estimulante, malgrado a crise que agrava até os limites do insuporável a injustiça social e a terrível discriminação que empurra os pobres para a marginalização da miséria absoluta. Não se pode dizer que a sociedade não esteja afinada com o mote consensual que é a bandeira de todos os protestos e movimentos reivindicatórios. Nem se pode negar coerência no alinhavo do processo, que se não segue a linha reta, persegue rumo definido.

Quem discrepa e rema contra a corrente, destaca-se pela excêntricidade censurável, como acaba de acontecer com o decepcionante empate de quatro votos na indefinição do Supremo Tribunal Federal, quando chamado a decidir o maroto mandado de segurança, impetrado pelos advogados do enxotado ex-presidente Collor, contra a decisão do Senado que suspendeu seus direitos políticos por oito anos.

Como os desatentos que tentam furar a multidão que caminha, andando em sentido contrário, o escorregão dos quatro ministros que votaram pela elegibilidade de Collor souu como nota fora de pauta.

Pois o Legislativo mexe-se, cutucado no seu instinto de sobrevivência. Camaradagem solidária, nas aperturas de acertos que protegem privilégios e garantem a impunidade, só funciona a favor do interesse geral. Quando o amolecimento do corporativismo ameaça a instituição e, portanto, os mandatos a serem renovados, a conversa é outra.

O Congresso pressente na ardência da pele que está sendo espremido no torniquete de dois riscos claramente identificados. O primeiro é mais visível na onda que encrespa nos índices desmoralizantes de rejeição popular, anunciando renovação recorrente, que desabe nas urnas sob os estímulos de mudanças radicais.

Trata-se de perigo real, crescente e preocupante. Pois se a aflição renovadora deve ser saudada como compulsão generosa e justificada, a experiência mostra que a emoção nem sempre é boa conselheira. Renovar à doida, sem critério ou isenção, acaba produzindo resultado negativo: a vassoura em mãos frenéticas levanta poeira e acaba por punir com a derrota parlamentares experientes e do primeiro time, despejando na Câmara e no Senado bando de arrivistas desqualificados; hábeis na utilização da demagogia e

**reaproximar
do eleitor.
E como pode
recuperar
sua confiança.**

dos truques para enganar o voto. Lembram-se de Collor, o paparicado pelos quatro do empate? Os parlamentares candidatos à reeleição que quiserem curtir a angústia das especulações sobre o eleitor esquivo devem começar a prestar atenção na mistura corrosiva das peculiaridades do pacote eleitoral de 3 de outubro de 94 com os altos índices das tendências de votos nulos e em branco, apurados pelas pesquisas.

Ora, o eleitor com o figado ardido de irritação contra o Congresso, os partidos, os políticos, será apoquentado por chapão que exigirá um punhado de escolhas simultâneas. Ele terá que marcar com o "X" da opção e de enfiada em seis quadradinhos: presidente da República, governador, duas vagas de senadores, deputado federal e deputado estadual.

Coçando a cabeça, no desconforto apertado da cabine, o eleitor pouco afeiçoado a tais atribulações tende a garantir o voto para os seus candidatos a presidente e governador — eleições majoritárias e com alta carga de paixão —, saltando o miolo de escasso interesse de candidatos ao Congresso para atender aos compromissos com o candidato mais próximo a deputado estadual, que pedinhou seu voto apertando-lhe a mão, à porta da sua casa, percorrendo o bairro. Isso, se chegar ao pé da cédula, e não desanimar nos dois primeiros da lista.

Parece um detalhe sem maior importância mas, nas adversas circunstâncias sabidas, não é não. Desmotivado e arredio, o eleitor cata pretextos para manifestar seu desagrado e dar vazão a seu protesto. A previsão de índices alarmantes de votos em branco, nulos e abstenções é uma sombra a mais a projetar-se sobre a eleição mais complexa e de mais difícil prognóstico em muitas décadas.

O Congresso precisa fazer as pazes com o voto, reaproximar-se do eleitor, reconquistar sua confiança na instituição. Depois dos desencontros suicidas que aprofundaram o fosso, dá sinais de que despertou da sonolência da insensatez e está se cuidando.

As cassações dos mandatos dos deputados envolvidos na trapaça do aluguel por temporada dos mandatos ao PSD colocará o plenário diante de teste fatal. Pois se o Onaireves, o Nobel e o japonês — surpreendido pela TV com o jeito assustado de coelho de desenho animado — conseguirem safar-se da cassação que parece certa e inevitável, não haverá muito mais a fazer.

A CPI do Orçamento continua sustentando a dura batida da apuração dos escândalos. Eventuais atritos e desavenças são naturais e perfeitamente desculpáveis no clima de tensão e nervosismo da difícil convivência de seus 42 membros titulares, além dos curiosos e exibicionistas.

Afinal, é o mandato de cada um que está em jogo. E quem está no fogo sabe o risco da queimadura.